

Índice

A sociedade das extravagâncias	1
Abortos no estrangeiro: não com os meus impostos	2
O atraso dos jovens na sociedade envelhecida	2
"Paternalismo libertario"	3

A sociedade das extravagâncias

Uma das características da nossa época é a frequência e aceitação social de condutas e ações extravagantes em público, não como factos isolados, mas como tendência.

Extravagante vem de *extra-vagare*, que é ir fora do costume, normal ou usual. Por isso mesmo chama a atenção. Se virmos na rua um polícia com um barrete de cozinheiro, pensamos que é extravagante.

Há muitos tipos de extravagâncias. Uma são festivas, inócuas, de simples diversão. Outras superam o limite do inócuo e são ridículas. Outras podem ter resultados trágicos (como o *balconing*) ou de crescente descrédito da política.

A extravagância não é uma invenção desta época. A sua possibilidade é algo congénita ao ser humano e é muito provável que tenha acontecido sempre, exceto em circunstâncias duras e trágicas, como as guerras, ou em sociedades que subsistem no limite da sobrevivência. Mal se sai da necessidade, há tendência para a extravagância.

Acontece, todavia, que noutras épocas, a extravagância se circunscrevia a determinados e limitados períodos, onde era permitido o excesso. Festas deste tipo houve em quase todas as culturas estudadas em antropologia. Na nossa cultura, uma festa assim tem sido tradicionalmente o Carnaval. O que chama a atenção da nossa época é que esse Carnaval parece durar todo o ano, principalmente nos fins de semana.

Hoje, graças às redes sociais, quem quiser pode apresentar a sua imagem e, teoricamente, poderia receber centenas de

milhares de visitas. Mas rapidamente se apercebe de que se tem de chamar a atenção e a melhor forma de fazê-lo, pensa-se (e faz-se), é sendo extravagante. Tem de apresentar algo inusual, inédito, não visto: isso é difícil, porque com tanta imagem a que se tem acesso, são inevitáveis as repetições.

No fundo, não é outra coisa a não ser o velho tópico de "que falem de nós, mesmo que mal". Isso talvez tenha levado a Academia do Nobel a dar o de literatura a Bob Dylan: uma extravagância, mas ocupou mais títulos e deu lugar a mais opiniões e comentários do que se o tivessem dado ao japonês Haruki Murakami, eterno favorito.

A razão de fundo da extravagância ter sido aceite com tanta facilidade é que abriu caminho para a ilógica do disparate. Pelo efeito imitativo, que é um dos principais motores da ação humana, fazem o que veem fazer. À menor ocasião, não apenas os jovens como inclusivamente os idosos, põem-se a fazer atos estúpidos publicamente nos batizados, nas primeiras comunhões, nas despedidas de solteiros, nos casamentos, no Carnaval, no Dia das Bruxas (Halloween), na Véspera do Ano Novo... Há uma espécie de competição implícita para ver quem faz o mais extravagante.

Graças sobretudo aos dispositivos móveis que fazem tudo, essas cenas são gravadas (e mais, parece que se fazem para serem gravadas) e lançadas na rede, com a esperança de que se tornem virais. Meninos e meninas, desde muito precocemente, aprendem a gravar de si próprios imagens mais ou menos insólitas, e a colocá-las no Instagram.

Se existe algo que resume a simplificação que se operou na nossa cultura, é esse "gosto disso" que nos convida a expressar-nos sobre quase tudo com uma improvisação fácil.

Se as extravagâncias chamam cada vez menos a atenção, é porque se tornaram frequentes. Aquilo que a princípio era extraordinário, se se repete, parece algo corrente. Admitida a ilógica do extravagante, tende-se a esperar que muito rapidamente haverá outro facto do mesmo tipo. E, pontualmente, acontece.

É um fenómeno que tem uma certa parecença com as modas. De início, uma moda de vestir é apresentada como algo diferente, incomum, quase sempre com certo carácter de provocação. Mas quando a moda é seguida maioritariamente, deixa de ser atraente e converte-se em moda no sentido estatístico, ou seja, no que tem maior frequência numa distribuição de dados ou factos.

Acontece, todavia, que a habituação ao extravagante, quando se trata de acontecimentos graves ou trágicos, acarreta uma certa insensibilidade e, o que é mais preocupante, um esquecimento do dever ser.

É claro que, como o cumprimento do dever ser, da norma moral, depende da liberdade, não está assegurado que aconteça nem sempre nem, conforme as épocas, na maioria dos casos. Mas o dever ser foi entendido de modo crónico como o melhor para aquilo que se deve tender, sejam quais forem as falhas de facto. O extravagante rompe essa tendência e atomiza de tal modo o comportamento humano, que qualquer facto fica justificado em si mesmo, sem referência a nada mais.

Quando se rompe a medida, uma das quais é a lei e outra os hábitos de boa educação, introduz-se uma confusão dos papéis. O palhaço faz um grande trabalho, porque as suas extravagâncias estão previstas, como também os seus objetivos: o entretenimento e a diversão. Mas quando os políticos fazem palhaçadas, contribuem para desacreditar o regime democrático através da ditadura da extravagância.

R. G. P.

Abortos no estrangeiro: não com os meus impostos

O novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto que proíbe o uso de fundos federais para promover o aborto no estrangeiro, restabelecendo assim uma política anulada pelo seu predecessor, Barack Obama. A decisão seria apoiada pela maioria dos norte-americanos, incluindo bastantes democratas e *pro-choice*, segundo revela um inquérito recente.

Desde que Ronald Reagan a implantou em 1984, a política de não dar fundos públicos às organizações que promovem o aborto no estrangeiro, conheceu muitas oscilações. Foi revogada por Bill Clinton em 1993, restabelecida por George W. Bush em 2001 – o seu pai George H. Bush também a tinha mantido – e novamente anulada por Obama em 2009. Tal como Trump, os três atuaram a poucos dias de chegarem à Casa Branca.

O aborto continua a ser um tema discutido nos EUA, mas a recusa de o financiar com o dinheiro dos contribuintes é um dos aspetos deste debate sobre o qual existe mais acordo, segundo revela um inquérito do Marist College e dos Knights of Columbus, efetuado a 2729 adultos norte-americanos. 83 % opõem-se a destinar fundos federais para promover o aborto noutros países; e 61 % a financiá-lo nos EUA.

Entre estes últimos, 87 % declaram-se votantes de Donald Trump; e 39 %, de Hillary Clinton. Entre os opositores ao financiamento público do aborto também existem 40 % que se dizem *pro-choice*. Verifica-se que uma coisa é ser a favor de que as mulheres possam decidir se abortam ou não, e outra, que essa escolha custe dinheiro aos outros.

Não é um paradoxo, como muito menos é o facto de 55 % dos votantes de Clinton se declararem favoráveis a restringir o aborto ao primeiro trimestre da gravidez, o mesmo que 91 % dos de Trump. Isso indica, nas palavras de Carl Anderson, presidente dos Knights of Columbus, “o interesse partilhado por ambos os lados do arco ideológico em se oporem ao *statu quo* relativo ao aborto a pedido”.

Também chama a atenção que 74 % dos inquiridos – incluindo 54 % dos que se dizem *pro-choice* – apoiem um ou vários tipos de restrições ao aborto. Dados como este sugerem que “as etiquetas [pró-vida e *pro-choice*] não refletem as posições atuais das pessoas”, afirma Barbara Carvalho, diretora da Marist Poll.

A uma conclusão parecida chega-se através das sondagens Gallup. Apesar de 47 % da amostra – 1025 adultos – se declararem *pro-choice* e 46 % pró-vida em maio de 2016, a verdade é que esses registos incluem posições variadas: 29 % legalizariam o aborto em todos os casos; 50 %, só em determinadas circunstâncias; 19 %, em nenhuma. Contudo, quando a esses mesmos inquiridos lhes é perguntado que avaliação moral têm do aborto, 47 % respondem que reprovam o aborto, contra 43 % que o aprovam.

O atraso dos jovens na sociedade envelhecida

Desde há algum tempo que se fala desse período de incerteza e instabilidade que hoje se situa entre a juventude e a idade

adulta. Antes, a entrada na idade adulta era marcada por certas etapas: acabar os estudos, sair de casa dos pais, conseguir a independência económica, casar-se e constituir uma família. Agora, entre os 20 e os 30 anos, muitos jovens vivem aquilo que alguns sociólogos designaram pelos “anos de odisseia”.

É uma viagem que nem sempre tem um rumo claro. Do ponto de vista profissional, passam de um trabalho temporário para outro, experimentam diversas orientações, aceitam empregos precários se não tiverem outra alternativa. No plano sentimental, mantêm “relações”, às vezes sem saber se querem construir um futuro com o parceiro(a); muitos convivem e logo a seguir cortam. Vivem com amigos e, caso seja inevitável, regressam à casa dos pais. Tudo é fluido e nada é seguro.

Neste contexto, a decisão de constituir uma família é adiada. A média etária do casamento, por exemplo, em Espanha, subiu para os 32,3 anos no caso das mulheres e para os 34,5 no caso dos homens. As mulheres atrasam cada vez mais a sua maternidade. A média etária para ter o primeiro filho subiu até aos 30,6 anos, o que significa que as espanholas são, juntamente com as italianas (30,7), as que são mães mais tarde na União Europeia.

Mas mesmo quando se constitui uma família, os jovens têm de enfrentar dificuldades, que se agudizaram durante os anos da crise. Segundo a Encuesta Financiera de las Familias, publicada pelo Banco de España, o rendimento médio dos lares jovens, aqueles cujo chefe de família tem menos de 35 anos, desceu 22,5 % entre 2011 e 2014. Nota-se que os jovens tiveram de enfrentar não só uma maior taxa de desemprego, como também um acesso ao mercado laboral com salários mais baixos do que os seus predecessores. Os jovens com contratos temporários foram as principais vítimas da destruição de emprego.

Nestes anos de crise, os pensionistas espanhóis sofreram muito menos. Os lares a cargo de pessoas com mais de 65 anos foram o único grupo que viu aumentar os seus rendimentos, até 11,3 %, graças também ao facto de os novos reformados terem tido carreiras laborais mais longas e descontado mais. Em média, os rendimentos de uma família jovem situaram-se, em 2014, nos 22 500 euros anuais, contra os 29 700 euros de um lar de idosos.

O fosso geracional nota-se também em relação ao património. Não é apenas o facto dos que têm mais de 65 anos terem mais riqueza média do que os jovens, o que é normal após uma vida laboral. Mas, além disso, os lares mais jovens foram os que tiveram as maiores quedas. Pelo contrário, os únicos que se salvaram destas perdas e mesmo aumentaram o valor do seu património foram os lares cujo chefe de família tinha mais de 64 anos.

É verdade que, graças à solidariedade familiar, os rendimentos dos reformados contribuíram também para reforçar as economias dos seus filhos jovens. De qualquer forma, não se deve esquecer que as prestações dos pensionistas só podem manter-se se existirem novas gerações suficientemente nume-

rosas e com emprego, cujos descontos alimentem a caixa da Segurança Social.

E aqui há igualmente outro fosso demográfico, que a não ser colmatado, faz prever um precipício. Segundo as projeções do INE espanhol, a continuarem as tendências demográficas atuais, a percentagem da população com mais de 65 anos, que hoje é de 18,7 %, alcançaria os 25,6 % em 2031.

Pelo contrário, o número de nascimentos continuaria a descer nos próximos anos, sobretudo pela redução do número de mulheres em idade fértil, embora aumentasse ligeiramente o número médio de filhos por mulher que agora está em 1,3. Um panorama de mais mortes do que nascimentos não augura nada de bom para o dinamismo económico de um país. Por isso, as tendências demográficas atuais não são sustentáveis, nem do ponto de vista económico nem social.

Os filhos são uma responsabilidade privada, mas também um bem público. Por isso, ao Estado interessa ajudar os que querem ter filhos. Para isso, a primeira coisa é garantir a equidade fiscal para as famílias com filhos, permitindo que deduzam do rendimento tributável uma parte significativa dos gastos de criação dos filhos. E também recompensar os que ao terem mais filhos contribuem em maior grau para o sustento das pensões. Nesta linha, há medidas como o complemento de pensão das mulheres entre 5 % e 15 %, em função do número de filhos que tenham tido, que entrou já em vigor no ano passado.

As estatísticas confirmam que quanto mais tarde chegam os filhos menos se têm. Daí que a ação pública se deva centrar também em atenuar os efeitos da síndrome do atraso nas gerações jovens e facilitar tudo o que contribua para a assunção de responsabilidades, desde a luta contra as causas do desemprego juvenil, às medidas de conciliação nas empresas ou o acesso à habitação.

À medida que a nossa sociedade envelhece, os governos são mais sensíveis ao peso político e social dos idosos. Mas se queremos que o Estado Providência seja sustentável, ter-se-á de prestar mais cuidado à inserção dos jovens.

I. A.

“Paternalismo libertario”

“Why Nudge? The Politics of Libertarian Paternalism”

Autor: Cass R. Sunstein

Herder. Barcelona (2017)

198 págs.

Tradução (castelhano):

Martha Palacio Avendaño

Entende-se por paternalismo a tentativa por parte de uma autoridade (seja o governo, um médico ou um professor) para impor às pessoas o modo de atuar que considera que mais lhes convém. Contra esta abordagem, John Stuart Mill esgrimiou o princípio do dano, segundo o qual “a única finalidade pela qual o poder pode com pleno direito ser exercido sobre um membro de uma comunidade civilizada contra a sua vontade, é evitar que prejudique os outros. O seu próprio bem, físico ou moral, não é justificação suficiente”.

Este princípio foi a divisa dos filósofos liberais e libertários desde então. Nos últimos anos, alguns deles começaram a reconsiderar o seu alcance e a propor atuações do governo que levem os cidadãos a tomar as decisões que lhes sejam mais convenientes. Um destes autores é Cass R. Sunstein, jurista proveniente da muito liberal Escola de Chicago, que agora defende a licitude dos empurrões (nudges) aos cidadãos por parte do Estado, para os ajudar a tomar as decisões corretas.

A justificação para o regresso ao paternalismo é construída de modo persuasivo. Sunstein salienta que o princípio do dano baseia-se em duas premissas que se desequilibram entre si. A primeira é o argumento epistémico, segundo o qual quem melhor sabe o que lhe convém é a própria pessoa. A experiência e as neurociências demonstram-nos que isso nem sempre é assim. Não só não dispomos muitas vezes da informação relevante, como, além disso, existem muitos preconceitos nas nossas formas de a gerir que nos levam a erros de escolha contrários ao que no fundo queríamos. A segunda é o princípio de autonomia, que exige respeitar a decisão livre das pessoas. Sunstein defende que esses empurrões do Estado não têm de cercear a autonomia das pessoas, mas, pelo contrário, podem-na tornar possível.

Sunstein salienta que os processos de escolha são sempre condicionados pelo que denomina a “arquitetura da escolha”. Da mesma maneira que as prateleiras dos supermercados estão pensadas para promover determinadas vendas, partes essenciais do contexto social obedecem a desenhos que, embora nos passem despercebidos, têm um objetivo concreto. Essa “arquitetura da escolha” não impede a nossa decisão livre, mas é inegável que a orienta.

Sunstein faz duas distinções muito relevantes. Por um lado, distingue entre um paternalismo suave, que é aquele que defende e que consiste nos “empurrões” do Estado para promover determinados comportamentos cívicos; e outro forte, onde se recorre a instrumentos mais assustadores para obter esses resultados. Por outro lado, distingue também entre o paternalismo dos meios, que acontece quando as ações do Estado não pretendem alterar os objetivos que as pessoas

procuram, mas proporcionar-lhes os meios para que os consigam; e o paternalismo dos fins, que pretende também mudar os objetivos que a pessoa inicialmente pretende. Ele próprio salienta que não é tão fácil demarcar quando o Estado atua sobre os meios ou sobre os fins. Em todo o caso, o mais complexo e arriscado é determinar em que casos o Estado está legitimado para intervir nas decisões das pessoas e orientar a sua conduta aos fins que lhes convêm. Se eu não sou quem melhor sabe o que me convém, por que razão devo confiar em que o Estado o seja?

V. B. C.

